CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 17/05/2023 - 05:56

Tecnologia, fiscalização e lei podem transformar ouro ilegal em riqueza

Marcos legais na produção da riqueza

Mudanças na lei, fiscalização e sustentabilidade devem nortear mineração, afirmam especialistas em seminário do **Correio**

» VICTOR CORREIA
» LUANA PATRIOLINO

As riquezas naturais do Brasil são profundas e históricas, desde sempre. Mas, no século 21, a cobiça pelos tesouros guardados no subsolo nacional se tornou um problema complexo, de consequências graves e múltiplas. A extração de ouro no país se tornou uma crise em vários aspectos: destrói o meio ambiente, dizima comunidades indígenas, alimenta o crime organizado, sonega impostos.

Para dar solução a tamanho desafio, é preciso um esforço em várias frentes. Políticas públicas consistentes, mudanças na legislação vigente e o uso da tecnologia para permitir a rastreabilidade são pontos fundamentais nesse sentido, segundo especialistas reunidos ontem no evento **Correio** Debate: Caminhos do Ouro. Realizado na sede do jornal, o encontro teve apoio da Casa da Moeda do Brasil.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes abriu o seminário. Ele defendeu que a extração do ouro seja realizada dentro da legalidade, sem prejuízos ao meio ambiente e aos territórios indígenas.

O magistrado tratou da suspensão do princípio da "boa-fé" no comércio do ouro, dispositivo que foi suspenso em abril por uma decisão cautelar de sua relatoria, após Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas pelo PSB, Rede e PV. A cautelar foi acatada pelo plenário da Corte em 3 de maio. Segundo o princípio, estabelecido em 2013, compradores de ouro ilegal não eram punidos caso não soubessem da origem irregular do metal.

"De fato, esse artigo há muito vinha dando polêmica, e muita gente vinha apontando que era uma disposição que, envasada na ideia de segurança jurídica, permitia a violação e, inclusive, a garimpagem ilegal em territórios indígenas, por exemplo. Mas também dificultava a rastreabilidade do ouro obtido de forma ilegal", explicou o ministro da Suprema Corte.

Para Gilmar Mendes, apesar de o dispositivo ter sido criado para facilitar o comércio e aumentar a segurança jurídica, ele acabou se mostrando "uma forma cartorial de tratar do tema" e não atingiu o objetivo.

Na prática, o princípio era usado para "esquentar" o ouro extraído ilegalmente, ou seja, dar a aparência de legalidade. Os envolvidos na atividade usam empresas registradas legalmente para lidar com o material e emitir notas fiscais, escondendo a origem ilícita. Depois, os líderes do esquema compravam o metal dessas empresas. O processo dificulta a fiscalização e comprovação da prática criminosa.

"O objetivo dessa norma impugnada foi facilitar o processo de aquisição da matéria-prima, trazendo como pressuposto a atividade da garimpagem legal. Porém, as presunções trazidas na norma relativas à legalidade do ouro simplesmente acabam por sabotar a efetividade do controle de uma atividade que é sensível", frisou Gilmar.

Novas regras

A decisão de Gilmar Mendes, referendada pelos demais ministros, estabeleceu um prazo de 90 dias para que a União apresente uma nova regulamentação para o comércio do ouro, que endureça a fiscalização e o combate à prática ilegal. O ministro citou como um dos pontos mais importantes a verificação da origem do ouro adquirida por Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), empresas especializadas na compra e venda do ouro financeiro, ou seja, barras de ouro usadas em negociações do mercado financeiro. Companhias do tipo estão entre as mais utilizadas para esquentar a extração ilegal.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública já finalizou uma medida provisória com uma nova regulamentação, que deve ser avalizada ainda por outros ministérios e assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por fim, o ministro do Supremo comentou sobre a iniciativa do seminário. "Acho que esse seminário é extremamente importante para que nós voltemos a trilhar de maneira muito segura o caminho da legalidade. Queremos sim que haja atividades de exploração das riquezas, mas dentro de marcos legais bem definidos e que não sejam perturbadores, nem do meio ambiente, nem das comunidades indígenas", completou Gilmar.

Também convidado para o evento, o secretário Nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, ressaltou a vulnerabilidade dos povos indígenas por causa da exploração da terra nos garimpos ilegais. Ele destacou a urgência de se discutir os impactos ambientais e sociais pelas atividades e desafios no combate ao crime.

Para Marivaldo Pereira, o problema se agravou nos últimos quatro anos, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele apontou a falta de assistência do Estado para o enfrentamento ao garimpo ilegal e disseminação de discursos contra os direitos dos indígenas.

"Nesses últimos quatro anos, além do desmonte da estrutura, vimos um ataque muito forte aos direitos dos povos indígenas. Um ataque muito forte às terras indígenas, a proliferação de um discurso de que os povos indígenas estavam em cima de uma riqueza que pertenciam a toda nação", disse.

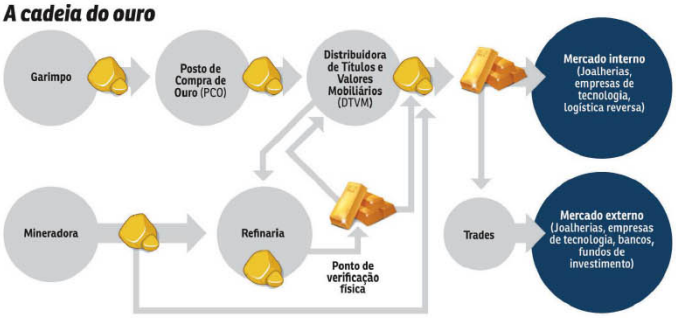
Marivaldo Pereira destacou ainda que interesses econômicos poderosos estão por trás da extração de minérios. "Quando falamos sobre mineração, muitas vezes acham que é um trabalhador com a sua peneira buscando encontrar ouro. A mineração hoje em dia não é nada disso. O garimpo mudou completamente de tamanho", pontuou.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, dos Estados Unidos, divulgado em fevereiro, a mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia Legal aumentou 1.217% nos últimos 35 anos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Ministro Gilmar Mendes, do STF: mineração deve ocorrer em uma arquitetura legal que não prejudique o meio ambiente nem os indígenas

A cadeia do ouro



Os problemas causados pela exploração ilegal do ouro:

Exploração ilegal – A extração ilegal do ouro, além de provocar graves danos ambientais, mantém conexão com outros ilícitos, como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Sonegação e subdeclaração – Atravessadores atuam para driblar a fiscalização da Receita Federal e obter mais lucros com o ouro extraído.

Descaminho – A origem não identificada é uma das fraudes que desafiam o ciclo da legalidade do ouro. Esse desvio favorece a ocorrência de vários crimes.

Compra e venda irregulares – Sem fiscalização e sem origem identificada, o ouro passa a ser utilizado como moeda em negócios irregulares ou ilegais.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Sergio Perini, presidente da Casa da Moeda, e Gilmar Mendes: apoio

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Marivaldo Pereira, do Ministério da Justiça: retrocesso em 4 anos

Mais controle nos garimpos

» TAINÁ ANDRADE

A falta de clareza nos dados do comércio do ouro e de sua rastreabilidade tem impedido a Polícia Federal (PF) de desvendar a origem do ouro em apreensões. Essa é uma das consequências apontada pela presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, no evento do **Correio**. Na avaliação da líder indígena, o uso de ferramentas como nota fiscal eletrônica ou certificação de legalidade ajudaria a identificar o local de extração do minério.

"Essa é uma questão que a gente precisa resolver. É possível uma ferramenta que seja mais eficiente, que dê condições às autoridades de exigir esse tipo de documentação — inclusive às próprias polícias, que são as primeiras indagadas em uma fiscalização de apreensão e condução. É importante ter em mente que existem dados, pesquisas e propostas. Falta a gente colocar isso para uma concretude", argumentou a presidente da Funai.

Para Wapichana é possível o Brasil executar uma política fiscal e administrativa no comércio do ouro. Um dos passos seria a aprovação do projeto de lei (PL 2159/22), de sua autoria. A proposta ao Legislativo, criada em meio à crise para combater o garimpo ilegal, tem o objetivo de definir novos parâmetros e infrações para a compra, a venda e o transporte de ouro em território nacional. A indígena defende que o projeto tramite como medida provisória para ser definido com celeridade.

A presidenta da Funai entende que a solução depende exclusivamente da vontade política em priorizar o tema. Por isso, ela considera um avanço a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em suspender o chamado princípio da boa-fé no comércio do ouro, pois obrigou o governo federal a propor uma nova legislação em 90 dias.

Fiscalização comercial

Na avaliação de Wapichana, as ferramentas de rastreabilidade também ajudariam a comparar o crescimento dos garimpos ilegais no território nacional. Segundo a presidenta da Funai, há uma discrepância a produção e o comércio industrial do ouro. O levantamento do Instituto Escolhas mostra que enquanto o primeiro cresceu 158%, o segundo saltou para 18% em um período de três anos.

"Temos tanta visibilidade de garimpos e a circulação de um mercado ilegal de ouro, mas não tem dados de compra e venda de ouro no estado de Roraima. Para onde está indo esse ouro? Por onde está sendo legalizado e formalizada a venda?", questionou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Joênia Wapichana, presidente da Funai, defende mais fiscalização

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.